# A MILITARIZAÇÃO ESCOLAR NO SUDOESTE DA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL, JUVENTUDES E DISCURSOS DE SEGURANÇA

**Clauber Teixeira da Silva**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-1219-5406
Endereço eletrônico: clauberteixeira29@gmail.com

**Luciana Canário Mendes**
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1239-3692
Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

**Palavras-chave:** Militarização escolar; Juventude; Vulnerabilidade social; Segurança pública; Sudoeste da Bahia.

## INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas brasileiras constitui um fenômeno que vem se expandindo nas últimas décadas, especialmente em contextos marcados pelo crescimento dos discursos sobre violência, insegurança e vulnerabilidade social. No estado da Bahia, a implantação dos Colégios da Polícia Militar (CPM) e, sobretudo, a adoção do modelo de gestão compartilhada entre a Polícia Militar da Bahia (PMBA) e as escolas públicas municipais têm sido apresentadas como estratégias capazes de promover disciplina, melhoria do desempenho escolar e redução de conflitos no ambiente educativo. Tal justificativa parte da premissa de que a ampliação de mecanismos de controle e disciplinamento no espaço escolar contribuiria para enfrentar problemas associados à violência e à vulnerabilidade juvenil.

Entretanto, essa relação não se apresenta de forma evidente. Os dados do Atlas da Violência (2024, 2025) revelam que a Bahia figura entre os estados com maiores taxas de homicídio juvenil do país, evidenciando a gravidade das desigualdades que atingem as

juventudes. Ao mesmo tempo, tais indicadores sugerem que as situações de violência que afetam crianças e adolescentes estão vinculadas a processos sociais mais amplos, relacionados às desigualdades econômicas, raciais e territoriais, cujas determinações extrapolam os limites da escola. Nesse sentido, torna-se pertinente questionar em que medida a militarização de escolas — particularmente por meio da gestão compartilhada — constitui uma resposta efetiva para enfrentar problemas cuja origem se encontra para além do ambiente educativo.

O debate dialoga com estudos que discutem a crise de legitimidade da escola contemporânea (Dayrell, 2007; Krawczyk; Zan, 2011), os mecanismos de gestão do risco e disciplinamento dos sujeitos (Brito; Rezende, 2019) e os processos de responsabilização individual produzidos em contextos de reconfiguração das políticas públicas (Apple, 2003).

As reflexões aqui apresentadas resultam de uma pesquisa de mestrado, articulada a um projeto de investigação interinstitucional envolvendo a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, fundamentada na análise de dados sistematizados no Atlas da Violência (2024, 2025), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período de 2012 a 2024. No plano bibliográfico, a análise fundamenta-se nos estudos de Dayrell (2007), Krawczyk e Zan (2011), Brito e Rezende (2019), Apple (2003), entre outros.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso que fundamenta a presença da Polícia Militar nas escolas baianas insere-se em um cenário social, econômico e político marcado pelo aprofundamento das desigualdades e pela centralidade da segurança como valor público. Nessa conjuntura, a sensação de insegurança e o medo assumem papel estratégico nas agendas governamentais, convertendo, inclusive, a escola pública em argumento legitimador de políticas orientadas à contenção e à vigilância. A militarização de escolas públicas emerge, portanto, como resposta institucional a

um diagnóstico que associa vulnerabilidade social, juventude e risco.

Os dados divulgados no Atlas da Violência (2024) evidenciam a persistência de elevados índices de violência letal no Brasil, especialmente entre jovens de 15 a 29 anos. Entre 2012 e 2022, aproximadamente metade das vítimas de homicídio no país encontrava-se nessa faixa etária, revelando a juventude como principal grupo atingido pela violência. Entre os estados nordestinos, a Bahia destaca-se pela persistência de indicadores particularmente elevados de violência juvenil.

Segundo o mencionado documento o estado apresenta algumas das mais elevadas taxas de mortalidade juvenil do país, alcançando, em 2022, o índice de 218,9 homicídios por 100 mil jovens do sexo masculino. Os dados também evidenciam um forte recorte racial, uma vez que a maioria das vítimas é composta por jovens negros. Tais informações demonstram que os homicídios juvenis acompanham desigualdades historicamente produzidas e territorialmente localizadas.

Esses indicadores, além de evidenciarem a magnitude da violência que atinge as juventudes, permitem problematizar os usos políticos e institucionais desses dados na formulação de respostas para a questão social. Nessa perspectiva, torna-se necessário examinar criticamente de que maneira os discursos sobre violência e vulnerabilidade têm sido mobilizados para legitimar determinadas políticas educacionais, entre elas a militarização escolar. Os dados do Atlas (2024, 2025) revelam que as principais formas de violência que atingem crianças e adolescentes não se concentram no ambiente escolar, mas em outros espaços sociais, especialmente no âmbito doméstico (negligência, violência psicológica, física e sexual).

Para além da descrição dos indicadores, os resultados permitem problematizar as respostas institucionais construídas para enfrentar a vulnerabilidade juvenil e questionar os pressupostos que sustentam determinadas políticas educacionais. Nesse contexto, a militarização escolar emerge como uma estratégia de gestão dos riscos sociais. Conforme discutem Brito e Rezende (2019), os dispositivos disciplinares presentes nos modelos cívico-militares tendem a produzir mecanismos de vigilância e responsabilização individual dos estudantes.

Nesse tipo de racionalidade institucional, a indisciplina passa a ser interpretada como ameaça à ordem coletiva. A indisciplina passa a ser interpretada como ameaça à ordem

coletiva, justificando a ampliação de normas de controle e sanções disciplinares. Tal dinâmica reforça o deslocamento das responsabilidades estatais pela garantia de direitos sociais para os próprios sujeitos, perspectiva que dialoga com as análises de Apple (2003) acerca da crise de legitimidade do Estado e da transferência das responsabilidades pelas desigualdades sociais para indivíduos e instituições.

> Em essência, estamos sendo testemunhas de um processo em que o Estado desvia a culpa das desigualdades muito evidentes no acesso e no resultado que ele prometeu reduzir, de si para as escolas, pais e crianças individuais. É evidente que isso também faz parte de um processo mais amplo em que grupos econômicos dominantes desviam a culpa pelos efeitos maciços e desiguais de suas próprias decisões erradas, de si mesmos para o Estado. O Estado depara-se então com uma crise muito real de legitimidade. Dado isso, não é de surpreender nem um pouco que o Estado procure então exportar a crise para fora de si (Apple, 2003, p. 93-94).

No Sudoeste da Bahia, tais dinâmicas assumem contornos particulares em razão das desigualdades socioeconômicas e da difusão dos discursos de insegurança. A presença da Polícia Militar nas escolas pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de fortalecimento de mecanismos de controle social. Contudo, segundo Silva (2026), os dados analisados sugerem que as condições de vulnerabilidade que afetam as juventudes possuem determinantes que extrapolam o espaço escolar, indicando limites importantes para políticas centradas prioritariamente na vigilância e no disciplinamento.

## CONCLUSÕES

A análise evidencia um descompasso entre os indicadores de violência utilizados para justificar a militarização escolar e as vulnerabilidades efetivamente identificadas pelo Atlas da Violência (2024, 2025). Embora a violência e a insegurança sejam mobilizadas para legitimar a ampliação da presença policial nas escolas, os dados demonstram que as principais formas de violência que atingem crianças e adolescentes ocorrem predominantemente fora do ambiente escolar, revelando limites importantes dessa política como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a militarização escolar pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de redefinição das funções atribuídas à escola pública, que passa a incorporar demandas relacionadas à segurança e ao disciplinamento social. Tal movimento

evidencia a necessidade de ações intersetoriais voltadas ao enfrentamento das desigualdades que afetam as juventudes e à ampliação dos direitos sociais. Os resultados sugerem, portanto, que a militarização de escolas públicas atua mais como mecanismo de gestão dos efeitos das desigualdades sociais do que como estratégia efetiva para enfrentar suas causas estruturais

**REFERÊNCIAS**

APPLE, Michael W. **Educando à Direita:** Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2003.

ATLAS DA VIOLÊNCIA, Coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; REZENDE, Marize Pinho. "Disciplinando a vida, a começar pela escola1": a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **RBPAE** - v. 35, n. 3, p. 844 - 863, set./dez. 2019.

KRAWCZYK, N; ZAN, D. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os programas em curso no Brasil. **Revista Retratos da Escola;** v. 13, nº 27, 2019. p. 607- 620.

SILVA, Clauber Teixeira da. **Militarização da escola pública no sudoeste da Bahia**: memória e gestão compartilhada em questão. Orientadora: Lívia Diana Rocha Magalhães. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2026.